

## Sociedade – Parte 2\*

*Ludwig von Mises*\*\*

**Resumo:** O autor prossegue a análise sobre a natureza da sociedade enfatizando o desenvolvimento da divisão do trabalho e as mudanças que esta traz para o indivíduo e para o desenvolvimento social. Diferencia os conceitos de evolução social e de regressão social, mostrando como este último ocorreu na história sempre que não houve cooperação social. O autor conclui discorrendo sobre a importância da propriedade privada no desenvolvimento vigoroso da sociedade, ao mesmo tempo em que apresenta os instintos contrários a seu desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Sociedade, Divisão do Trabalho, Evolução Social, Regressão Social, Propriedade Privada, Socialismo.

## Society – Part 2

**Abstract:** The author continues the analysis of the nature of society emphasizing the development of the division of labor and the changes it brings to the individual and social development. He differentiates the concepts of social evolution and social regression, showing how the latter happened in history when there was no social cooperation. The author concludes discussing the importance of private property for the vigorous development of society, while presenting opposing instincts to its development.

**Keywords:** Society, Division of Labor, Social Evolution, Social Regression, Private Property, Socialism.

**Classificação JEL:** B13, Z13

---

\* O presente artigo é a tradução dos itens 5 a 8 do capítulo 18 da obra *Die Gemeinwirtschaft: Untersuchungen über den Sozialismus* [A Economia Social: Estudos sobre o Socialismo], publicado pela primeira vez em alemão, no ano de 1922, pela casa editorial Gustav Fischer, em Jena. A primeira parte do artigo, composta pelos itens 1 a 4 do capítulo 18 dessa obra de Ludwig von Mises, foi publicada na edição anterior de *MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia*. A presente tradução foi feita a partir da seguinte versão em inglês: MISES, Ludwig von. Society. In: **Socialism: An Economic and Sociological Analysis**. Pref. F. A. Hayek; Trad. J. Kahane. Indianapolis: Liberty Fund, 1992. p. 256-78.

Traduzido do inglês para o português por Márcia Xavier de Brito.

\*\* **Ludwig von Mises** nasceu em 29 de setembro de 1881 na cidade de Lviv, atualmente na Ucrânia e na época parte do território do Império Austro-Húngaro. Estudou, a partir de 1900, na Universidade de Viena, e recebeu o título de Doutor em Direito por essa mesma instituição em 1906. Lecionou na Universidade de Viena de 1913 a 1934, no Instituto Universitário de Altos Estudos Internacionais em Genebra de 1934 a 1940 e na New York University de 1945 a 1969. É autor de centenas de artigos acadêmicos e de mais de vinte livros dentre os quais se destaca o tratado de economia *Ação Humana* (Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010). Faleceu no dia 10 de outubro de 1973 em Nova York, nos Estados Unidos.

## V - O DESENVOLVIMENTO DA DIVISÃO DO TRABALHO

Visto que o indivíduo se torna um ser social sob a influência do instinto cego, antes da razão e da vontade se tornarem plenamente conscientes, a formação da sociedade não pode ser objeto de investigação sociológica. Isso não significa, contudo, que a sociologia deva transferir a tarefa de explicar as origens da sociedade para outra ciência, aceitando o tecido social da humanidade como um fato determinado. Caso decidamos – e essa é a consequência imediata de equiparar sociedade e divisão de trabalho – que a estrutura da sociedade estava incompleta no surgimento da razão e da vontade humanas e que o processo construtivo é contínuo ao longo de toda a história, então, devemos buscar um princípio que torne essa evolução inteligível. A teoria econômica da divisão do trabalho nos oferece esse princípio. Já foi dito que o feliz acidente que possibilitou o nascimento da civilização foi o fato do trabalho dividido ser mais produtivo que o trabalho sem segmentação. A divisão do trabalho expande-se em decorrência da realidade de que, quanto mais dividida for uma tarefa, mais produtiva ela será. Nesse sentido, a extensão da divisão do trabalho é o progresso econômico: faz a produção chegar mais perto de seu objetivo – a maior satisfação possível dos desejos, e tal progresso também é um progresso sociológico, pois abrange a intensificação da relação social.

Somente nesse sentido, se excluirmos toda a valoração teleológica ou ética, que, sociologicamente, é legítimo usar a expressão “progresso” na pesquisa histórica. Acreditamos que podemos observar certa tendência nas mudanças das condições sociais e analisamos cada uma delas separadamente para ver se e até onde essa hipótese é conciliável com tal progresso. Pode ser que façamos várias suposições desse tipo, cada uma das quais corresponda como a medida para a experiência. O próximo problema que surge é o das relações entre essas hipóteses, se são independentes umas das outras ou se são interna-

mente relacionadas. Devemos, então, ir mais adiante e definir a natureza dessa relação. Isso tudo significa, no entanto, um estudo, livre de valoração e baseado na hipótese, do curso de sucessivas mudanças.

Caso desconsideremos aquelas teorias da evolução que são ingenuamente construídas com base em juízos de valor, encontraremos, na maioria das teorias que alegam interpretar a evolução social, dois defeitos marcantes que as tornam insatisfatórias. O primeiro é que o princípio evolucionário não está relacionado à sociedade como tal. Nem a lei dos três estados da razão humana de Augusto Comte nem os cinco estágios de desenvolvimento físico-social de Karl Lamprecht (1856-1915) dão qualquer indicação acerca da relação interna e necessária entre evolução da racionalidade e evolução da sociedade. Apresentam-nos como as sociedades se comportam quando ingressam em um novo estágio, mas queremos saber mais, ou seja, que lei dá origem à sociedade e como ela se forma. As mudanças que vemos como transformações sociais são tratadas por tais teorias como fatos que agem na sociedade a partir do exterior; mas precisamos compreendê-las como obras de uma lei constante. O segundo defeito é que todas essas teorias são “teorias de estágios” (*Stufentheorien*). Para essas teorias, na verdade, não há algo como evolução, ou seja, não há mudança contínua em que podemos reconhecer uma direção definida. As afirmações dessas teorias não vão além do estabelecimento de uma sequência de acontecimentos, não oferecem nenhuma prova da conexão causal entre os estágios que constituem uma sequência. Na melhor das hipóteses, têm êxito ao estabelecer paralelos entre a sequência de acontecimentos em países diferentes. Uma coisa, no entanto, é dividir a vida humana em infância, juventude, maturidade e senilidade; outra é revelar a lei que rege o crescimento e a decadência de um organismo. A todas as teorias de estágios está vinculada uma certa arbitrariedade. A delimitação dos estágios sempre varia.

A história econômica desenvolvida pela escola historicista alemã de Schmoller,

sem dúvida, agiu corretamente ao tornar a divisão do trabalho a base da sua teoria da evolução. Não foi capaz, todavia, de libertar-se do antigo modelo tradicional de desenvolvimento por estágios. Sua teoria ainda é uma teoria de estágios. Assim, Karl Bücher (1847-1930) diferencia o estágio da economia doméstica fechada (pura produção para uso interno, economia sem permuta), um estágio de economia cidadina (produção para clientes, estágio de troca direta), e o estágio da economia nacional (produção para mercados, estágio da circulação de bens)<sup>1</sup>. Gustav von Schmoller (1838-1917) diferencia os períodos de economia aldeã, economia cidadina, economia territorial e economia estatal<sup>2</sup>. Eugen von Philippovich (1858-1917) faz distinção entre a economia doméstica fechada e a economia de trocas, e dentro da economia de trocas, distingue o período de comércio limitado localmente, o período do comércio controlado pelo Estado e limitado a uma área do Estado, e o período do livre-comércio (a economia nacional desenvolvida, o capitalismo)<sup>3</sup>. Mais uma vez, essas tentativas de forçar a evolução a seguir um modelo universal suscitam muitas e graves objeções. Não precisamos discutir que valor essas classificações podem ter ao revelar características de períodos históricos claramente definidos e até onde podem ser admitidas como subsídio para uma descrição. De qualquer modo, devem ser usadas com bastante prudência. Controvérsias improdutivas acerca da vida econômica das nações da Antiguidade demonstram quão facilmente essa classificação pode levar a confundir vestígios da divisão silábica escolar com a substância da realidade histórica. Para o estudo sociológico, as teorias de estágios

são inúteis<sup>4</sup>. Elas nos induzem em erro com relação a um dos problemas mais importantes da história – o de decidir até onde a evolução histórica é contínua. A solução desse problema normalmente toma a forma de uma hipótese, a da evolução social – e o que deve ser lembrado é o desenvolvimento da divisão do trabalho – moveu-se em uma linha ininterrupta, ou pela hipótese de que cada nação progrediu passo a passo no mesmo campo. Ambas as suposições são irrelevantes. É absurdo dizer que a evolução é ininterrupta quando distinguimos muito bem períodos de decadência na história, períodos quando a divisão do trabalho retrocedeu. Por outro lado, o progresso alcançado por nações individuais ao alcançar um alto estágio da divisão do trabalho nunca é completamente desperdiçado. Espalha-se para outras nações e precipita a evolução. A queda do mundo antigo, sem dúvida, atrasou a evolução econômica por séculos, mas a pesquisa histórica mais recente mostrou que os laços que uniam a civilização econômica da Antiguidade com a da Idade Média eram muito mais fortes do que costumávamos admitir. A economia de troca certamente sofreu amargamente sob a tormenta da grande migração de povos, mas sobreviveu. As cidades que dela dependiam, não ficaram totalmente arruinadas, e uma relação logo foi estabelecida entre os remanescentes da vida cidadina e o novo desenvolvimento do comércio por permuta<sup>5</sup>. Na civilização das

---

<sup>1</sup> BÜCHER, Karl. *Die Entstehung der Volkswirtschaft*. Tübingen: Laupp, 10ª ed., 1917. p. 91.

<sup>2</sup> SCHMOLLER, Gustav von. *Grundriss der allgemeinen Volkswirtschaftslehre*. Munich: Duncker & Humblot, 1920. Vol. II, p. 760ss.

<sup>3</sup> PHILIPPOVICH, Eugen von. *Grundriss der politischen Ökonomie*. Tübingen: J. C. B. Mohr, 11ª ed., 1916. Vol. I, p.11ss.

---

<sup>4</sup> Sobre teoria de estágios, ver, também, o segundo capítulo de meu livro *Problemas Epistemológicos de Economia*, publicado originalmente em alemão na seguinte edição: MISES, Ludwig von. *Soziologie und Geschichte*. In: **Grundprobleme der Nationalökonomie**. Jena: Gustav Fischer, 1933. esp. p. 106ss. [N. do T.: A obra está disponível em língua inglesa na seguinte edição: MISES, Ludwig von. *Sociology and History*. In: **Epistemological Problems of Economics**. Intr. Jörg Guido Hülsmann; Trad. George Reisman. Auburn: Ludwig von Mises Institute, 3ª ed., 2003. p. 71-136, esp. p. 117ss. Uma versão em formato PDF da referida edição pode ser encontrada no seguinte endereço: <http://mises.org/books/epistemological.pdf>].

<sup>5</sup> DOPSCH, Alphons. *Wirtschaftliche und soziale Grundlagen der europäischen Kulturentwicklung*.

idades, um fragmento dos feitos sociais da Antiguidade foi preservado e levado para a vida da Idade Média.

O progresso, na divisão do trabalho, conta totalmente com a realização de suas vantagens, ou seja, com a alta produtividade. A verdade disso tornou-se totalmente evidente nas doutrinas de livre-comércio dos fisiocratas e na economia política clássica do século XVIII, mas, em rudimentos, é encontrada em todos os argumentos favoráveis à paz, onde quer que a paz seja enaltecida ou a guerra condenada. A história é a luta entre dois princípios, o princípio pacífico, que promove o desenvolvimento do comércio, e o princípio militar-imperialista, que interpreta a sociedade humana não como uma divisão laboral amigável, mas como a forçosa repressão de alguns membros por outros. O princípio imperialista recupera, continuamente, a vantagem. O princípio liberal não se sustenta diante dele até que a tendência para o trabalho pacífico inerente às multidões tenha lutado pelo pleno reconhecimento de sua importância como princípio de evolução social. Onde quer que o princípio imperialista esteja em força, a paz só pode ser local e temporária: nunca dura mais que os fatos que a geraram. A atmosfera mental de que circunda o imperialismo é pouco adequada para a promoção do crescimento da divisão do trabalho dentro das fronteiras de um Estado; praticamente proíbe a extensão da divisão do trabalho além das barreiras político-militares que separam os Estados. A divisão do trabalho requer liberdade política e paz. Apenas quando o pensamento liberal moderno do século XVIII produziu uma filosofia de paz e colaboração social é que foram lançadas as bases para o surpreendente desenvolvimento da civilização econômica daquela época – uma era estigmatizada pelas últimas doutrinas imperialistas e socialistas como uma época de materialismo crasso, egoísmo e capitalismo.

Nada poderia ser mais deturpado que as conclusões tiradas dessa ligação feitas pela

concepção materialista da história, que representa o desenvolvimento da ideologia social como dependente no estágio de evolução técnica que foi alcançado. Nada está mais errado que o famoso dito de Karl Marx (1818-1883): “*O moinho movido pelo braço humano nos dá a sociedade com o suserano; o moinho a vapor dá-nos a sociedade com o capitalista industrial*”<sup>6</sup>. Isso não está correto nem mesmo do ponto de vista formal. Tentar e explicar a evolução social pela evolução da técnica é simplesmente desviar o problema sem nenhum modo de solucioná-lo. Para tal concepção, como deveríamos explicar a própria evolução técnica?

Adam Ferguson (1723-1816) mostrou que o desenvolvimento da técnica depende de condições sociais e que cada era atinge, tecnicamente, até onde é permitido pelos estágios alcançados na divisão social do trabalho<sup>7</sup>. Avanços técnicos são possíveis apenas onde a divisão do trabalho preparou o caminho para sua adoção. A manufatura em massa de sapatos pressupõe uma socie-

<sup>6</sup> MARX, Karl. **Das Elend der Philosophie**. Trad. Eduard Bernstein e Karl Kautsky. Stuttgart: J. H. W. Dietz, 8ª ed., 1920. p. 92. Nas formulações que Marx posteriormente deu acerca de suas concepções de história, evitou a rigidez dessa versão precoce. Por trás de expressões indefinidas tais como “forças produtivas” e “condições de produção” escondem-se dúvidas críticas que Marx deve, entretimes, ter experimentado. A obscuridade, no entanto, abrindo caminho para múltiplas interpretações não torna defensável uma teoria indefensável. [N. do T.: Substituímos a passagem citada da referida obra pela versão em português da seguinte edição brasileira: MARX, Karl. **A Filosofia da Miséria**. Intro., trad. e notas José Paulo Netto. São Paulo: Global, 1985. p. 106].

<sup>7</sup> FERGUSON, Adam. **Abhandlung über die Geschichte der bürgerlichen Gesellschaft**. Trad. Valentine Dorn. Jena: Gustav Fischer, 1904. p. 203ss. Ver, também: BARTH, Paul. **Die Philosophie der Geschichte als Soziologie**. Leipzig, 2ª ed., 1915. Part I, p. 578ss. [N. do T.: A obra de Adam Ferguson, publicada originalmente em inglês, está disponível, dentre outras, na seguinte edição: FERGUSON, Adam. **An Essay on the History of Civil Society**. London: T. Cadell, W. Creech and J. Bell, 5ª ed. 1782. Uma versão fac-símile em formato PDF da referida edição pode ser encontrada on-line em: [http://files.libertyfund.org/files/1428/1229\\_Bk.pdf](http://files.libertyfund.org/files/1428/1229_Bk.pdf)].

dade em que a produção de sapatos para centenas de milhares ou milhões de pessoas possa ser unificada em uns tantos empreendimentos. Em uma sociedade de camponeses autossuficientes não há utilidade possível para o moinho a vapor. Somente a divisão do trabalho pode inspirar a ideia de colocar forças mecânicas a serviço da manufatura<sup>8</sup>.

Traçar a origem de tudo o que diz respeito à sociedade no desenvolvimento da divisão do trabalho nada tem em comum com o materialismo flagrante e ingênuo das teorias da história tecnológicas e materialistas. Também não significa, de modo algum, como discípulos da filosofia idealista, que estão aptos a sustentar uma limitação inadmissível do conceito de relações sociais. Isso igualmente não restringe a sociedade ao especificamente material. A parte da vida social que está além do econômico é, de fato, o fim último, mas os meios pelos quais somos levados a esse fim são governados pela lei sobre todas as ações racionais. Onde quer que estejam em questão, há ação econômica.

## VI - MUDANÇAS NO INDIVÍDUO EM SOCIEDADE

O efeito mais importante da divisão do trabalho é transformar o indivíduo independente em um ser social dependente. Sujeito à divisão do trabalho, o homem social muda, como a célula adapta-se para se tornar parte de um organismo. Ajusta-se aos novos modos de vida, permite a atrofia de algumas atividades e órgãos, e desenvolve outros. Torna-se unilateral. Toda a tribo dos românticos, os resolutos *laudatores temporis acti* (adoradores do tempo passado), deploram esse fato. Para

<sup>8</sup> Tudo o que resta da concepção materialista da história, que surgiu com os maiores créditos, é a descoberta de que toda ação humana e social é influenciada, decisivamente, pela escassez de bens e pela desutilidade do trabalho. Os marxistas, no entanto, ao menos podem admitir isso, pois tudo o que dizem a respeito da futura ordem socialista da sociedade desrespeita essas duas condições econômicas.

eles, o homem do passado que desenvolve “harmoniosamente” as potencialidades é o ideal: um ideal que, infelizmente, não mais incita nada em nossa época degenerada. Recomendam o retrocesso na divisão do trabalho, por isso, a glorificação do trabalho agrícola, que para eles sempre significa o camponês quase autossuficiente<sup>9</sup>.

Aqui, novamente, o socialista moderno sobrepuja os demais. Marx promete que em uma fase mais adiantada da sociedade comunista “quando houver desaparecido a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, o contraste entre o trabalho intelectual e o trabalho manual”<sup>10</sup>, será levada em conta a “necessidade de mudança” do homem. “A alternância do trabalho intelectual e manual” salvaguardará “o desenvolvimento harmonioso do homem”<sup>11</sup>.

<sup>9</sup> Adam Müller (1779-1829) fala sobre a “tendência odiosa de dividir o trabalho em todos os ramos da indústria privada e também dos negócios governamentais” que o homem precisa “um ciclo, diria, campo de atividade em um ciclo completo”. Se a “divisão do trabalho nas grandes cidades ou nas cidades industriais ou mineiras retalha o homem, o homem completamente livre, em rodas, roldanas, raios, eixos etc. e o impõe uma oportunidade única, em um único campo, para o provisionamento de uma única necessidade, como alguém pode exigir que esse fragmento deva harmonizar-se com uma vida inteira e sua lei, ou com a legalidade; ou como os losangos, os triângulos e as figuras geométricas de todo tipo se harmonizam, separadamente, com a grande esfera da vida política e de sua lei?” Ver: MÜLLER, Adam. *Ausgewählte Abhandlungen*. Jena: Baxa, 1921. p. 46.

<sup>10</sup> MARX, Karl. *Zur Kritik des sozialdemokratischen Parteiprogramms von Gotha* [Crítica ao Programa de Gotha]. p. 17. Inúmeras passagens dos escritos de Marx demonstram como não era verdadeira sua concepção da natureza do trabalho na indústria. Assim, também acreditava que na “divisão do trabalho na oficina automática”, “o trabalho perde todo caráter de especialidade” [...]. “A oficina automática faz desaparecer o especialista e a mentalidade única”. E culpa Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865), que nem mesmo compreendeu “este único lado revolucionário da oficina automática”. MARX. *Das Elend der Philosophie*. p. 129.

<sup>11</sup> BEBEL, August F. *Die Frau und der Sozialismus*. Zürich-Hottingen: Verlag der Volksbuchhandlung, 1879. p. 283 ss. [N. do T.: Em língua inglesa a obra foi

Já tratamos dessa ilusão<sup>12</sup>. Caso fosse possível realizar todos os intentos humanos somente com aquela quantidade de trabalho que não causa nenhum desconforto mas, ao mesmo tempo, atenua a sensação de descontentamento que surge de nada fazer, então o trabalho não seria, de modo algum, um objeto econômico. Satisfazer as necessidades não seria trabalho, mas brincadeira. Isso, no entanto, não é possível. Mesmo o trabalhador autossuficiente, em grande parte do tempo, deve trabalhar muito além do ponto em que o esforço é agradável. Podemos supor que o trabalho é menos desagradável para ele que para o trabalhador que está vinculado a uma tarefa específica, ao experimentar novas sensações de prazer na sua atividade, no início de cada nova tarefa. Se, mesmo assim, o homem entrega-se cada vez mais à divisão de trabalho, é porque reconheceu que a maior produtividade desse trabalho especializado compensa mais que a perda do prazer. O alcance da divisão do trabalho não pode ser reduzido sem a diminuição da produtividade do trabalho. Isso é verdadeiro para todos os tipos de trabalho. É ilusão acreditar que podemos manter a produtividade e reduzir a divisão do trabalho.

A abolição total da divisão do trabalho não seria o remédio para os danos causados

---

publicada na seguinte edição norte-americana: BEBEL, August F. **Women Under Socialism**. Trad. Daniel de Leon. New York: New York Labor News Co., 1904. O texto está disponível na rede virtual em: <https://archive.org/details/WomanUnderSocialism>].

<sup>12</sup>No capítulo 9 da obra **Socialism: An Economic and Sociological Analysis**, Mises apresenta, na p. 168 da edição que estamos traduzindo, a visão de August Bebel (1840-1913) a respeito da vida em uma comunidade socialista ao citar o seguinte trecho de *Die Frau und der Sozialismus* [As Mulheres no Socialismo]: “*Aí, ela [a mulher] atua nas mesmas condições que o homem. Num momento é uma trabalhadora prática em alguma indústria, na hora seguinte é a educadora, a professora, a enfermeira; na terça parte do dia pratica alguma arte ou cultiva uma ciência e, na quarta parte, perfaz alguma função administrativa. Gosta dos estudos, dos prazeres e dos divertimentos com suas pares ou com homens, à medida que queira e que surja a oportunidade. No amor, sua escolha é livre e irrestrita, como a do homem. Ela corteja e se deixa cortejar [...]*”. BEBEL. **Die Frau und der Sozialismus**. p. 342. (N. do T.)

aos indivíduos pelo trabalho especializado, a menos que estejamos dispostos a retroceder no desenvolvimento social. Cabe ao indivíduo começar a se tornar um ser humano completo. A solução está na reforma no consumo e não na “reforma” do trabalho. Jogos e esporte, os prazeres da arte e da leitura são maneiras óbvias de fuga.

É inútil buscar pelo homem harmoniosamente desenvolvido no início da evolução econômica. O sujeito quase economicamente autossuficiente, como o vemos no camponês solitário dos vales remotos, não apresenta nada do desenvolvimento do corpo, da mente e dos sentimentos, nobre e harmonioso, que os românticos lhe atribuem. A civilização é produto do ócio e da paz de espírito que somente a divisão do trabalho pode tornar possível. Nada é mais falso do que supor que o homem surgiu na história com uma individualidade independente e que, ao longo da evolução que levou à Grande Sociedade, perdeu, juntamente com a liberdade material, sua independência espiritual. Toda a história, provas e observações das vidas dos povos primitivos são diretamente contrárias a essa visão. Ao homem primitivo falta toda a individualidade no sentido que a compreendemos. Dois ilhéus dos mares do Sul guardam mais semelhanças entre si que dois londrinos do século XX. A personalidade não foi conferida ao homem a partir do exterior. Foi adquirida no curso da evolução da sociedade<sup>13</sup>.

## VII - REGRESSÃO SOCIAL

A evolução social – no sentido de evolução da divisão do trabalho – é um fenômeno do arbítrio: depende completamente da vontade humana. Não levamos em conta se a pessoa tem conhecimento de cada passo da divisão do trabalho e, portanto, da intensificação do vínculo social, como a ascensão para um estágio mais elevado; o que devemos perguntar é se tal desenvolvimento

---

<sup>13</sup> DURKHEIM, Émile. **De la division du travail social**. Paris: Félix Alcan, 1893. p. 452ss.

é um fenômeno necessário. O conteúdo da história é uma evolução ainda maior da sociedade? É possível para uma sociedade resistir ou retroceder?

Devemos rejeitar quaisquer afirmações *a priori* de que o progresso histórico possui, por natureza, “intenção” ou “planos ocultos”, tais como Immanuel Kant (1724-1804) imaginou e como Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) e o já citado Karl Marx tinham em mente; mas não conseguimos impedir que sobrevenha a pergunta de se não poderíamos encontrar um princípio para demonstrar que o crescimento social contínuo é inevitável. O primeiro princípio que vem à nossa atenção é o da seleção natural. Mais sociedades altamente evoluídas alcançam maior riqueza material que as menos desenvolvidas, portanto, têm mais perspectiva de preservar seus membros da miséria e da pobreza. Também estão mais bem aparelhados para se defenderem do inimigo. Não devemos nos iludir pela observação de que as nações mais ricas e civilizadas muitas vezes eram subjugadas na guerra por nações menos abastadas e menos civilizadas. Nações em um estágio avançado de evolução social sempre foram capazes, ao menos, de resistir à força superior de nações menos desenvolvidas. Somente nações decadentes, civilizações interiormente desintegradas, se tornaram presas de nações mais adiantadas. Onde uma sociedade mais altamente organizada sucumbe ao ataque de um povo menos desenvolvido, os vitoriosos, no final, acabam por submergir culturalmente, aceitam a ordem econômica e social, e até mesmo a língua e a fé da raça conquistada.

A superioridade de sociedades mais altamente desenvolvidas não repousa somente no bem-estar social, mas também, quantitativamente, no número de seus membros e, qualitativamente, na maior solidez da estrutura interna. Esta é, precisamente, a chave para um desenvolvimento social maior: a ampliação do escopo social, a inclusão na divisão do trabalho de mais seres humanos e um poder maior sobre cada indivíduo. Quanto mais as sociedades altamente desenvolvidas diferem

das menos desenvolvidas na maior união de seus membros, isso evita a solução violenta do conflito interno e forma, externamente, uma frente defensiva fechada contra o inimigo. Em sociedades menos desenvolvidas, onde o vínculo social até então é fraco e entre as partes isoladas ainda existe uma confederação para propósitos de guerra, em vez de uma verdadeira solidariedade baseada no trabalho conjunto e na cooperação econômica – as desavenças irrompem com mais facilidade e rapidez que em sociedades altamente desenvolvidas. A confederação militar não tem um poder firme e duradouro sobre seus membros. Por sua própria natureza é, simplesmente, um elo temporário que é animado pela perspectiva de uma vantagem momentânea, mas que se dissipa tão logo o inimigo seja derrotado e a luta pelo saque se inicie. Ao lutar com as sociedades menos desenvolvidas, as mais desenvolvidas sempre encontram maior vantagem na falta de unidade nas fileiras inimigas. Apenas temporariamente as nações em estado menos evoluído de organização conseguem cooperar em grandes empreendimentos militares; a desunião interna sempre dispersou rapidamente os exércitos. Tomemos, por exemplo, os ataques dos mongóis à civilização da Europa Central do século XIII ou os esforços dos turcos para invadir o Ocidente. A superioridade do tipo de sociedade industrial sobre a militar, para utilizar a expressão de Herbert Spencer (1820-1903), consiste, em grande parte, no fato de que as associações meramente militares sempre ruíem por desunião interna<sup>14</sup>.

---

<sup>14</sup> A noção militarista romântica da superioridade militar das nações que pouco progrediram no capitalismo, mais uma vez refutada completamente pela [Primeira] Guerra Mundial, parte do ponto de vista de que aquilo que conta na luta é somente a força física do homem. Isso, no entanto, não é totalmente verdadeiro, mesmo nos combates do período homérico. Não é a capacidade física, mas a capacidade mental que decide uma batalha. Com base nesses poderes mentais surgirão as táticas dos lutadores e o modo como se armarão. O abêcê da arte da guerra é possuir superioridade no momento decisivo, ainda que se possa ser numericamente mais fraco que o inimigo. Os primeiros fundamentos da preparação para a guerra

Mas há outra circunstância que começa a dar os primeiros passos para outros desdobramentos sociais. Foi demonstrado que é do interesse de todos os membros da sociedade que o raio da ação social deva ser ampliado. Para um organismo altamente desenvolvido não é, de modo algum, indiferente se uma ou mais nações fora de seu alcance continuem a levar uma existência autossuficiente em um plano mais atrasado de evolução social. É do interesse do organismo mais avançado levar o menos avançado para a área de sua comunidade social e econômica, muito embora a persistência em continuar em um plano inferior torne o organismo menos avançado política e militarmente inócuo, apesar de, provavelmente, não advirem vantagens imediatas da ocupação desse território, cujas condições naturais de produção também parecem ser desfavoráveis. Vimos que em uma sociedade que divide o trabalho é sempre uma vantagem ampliar o espectro dos trabalhadores, de modo que pessoas cada vez mais eficazes possam ter interesse em cooperar com os menos eficazes. Isso é o que tantas vezes leva algumas nações a um desenvolvimento social maior, expandindo o campo de atividade econômica e absorvendo campos até então inacessíveis. A abertura das regiões atrasadas do Oriente Próximo e do Extremo Oriente, da África e das Américas, abriram caminho para uma comunidade econômica mundial, de modo que pouco antes da [Primeira] Guerra Mundial estávamos à vista de realizar o sonho de uma sociedade ecumênica. A guerra simplesmente interrompeu esse progresso por um breve período ou destruiu-o completamente? É possível que essa evolução possa cessar, que a sociedade possa até mesmo retroceder?

---

é a montagem de exércitos que sejam os mais fortes possíveis e equipá-los, da melhor maneira, com todos os materiais de guerra. Enfatizamos isso somente porque as pessoas estão, novamente, empenhando-se para obscurecer tais conexões ao tentar diferenciar entre causas militares e político-econômicas da vitória e da derrota na guerra. Sempre foi e sempre será um fato que a vitória ou a derrota é decidida pelo conjunto da posição social dos combatentes antes dos exércitos se encontrarem na batalha.

Tal problema não pode ser abordado salvo em relação a outro: o problema da morte das nações. É usual falar de nações envelhecendo e morrendo, de comunidades antigas e jovens. A comparação é falha – como são todas as comparações – e ao discutir tais coisas, somos advertidos a descartar tais expressões metafóricas. Qual é o âmago do problema que aqui se apresenta?

Está claro que não devemos confundir-lo com outro problema não menos difícil, o das mudanças da qualidade nacional. Há mil ou mil e quinhentos anos, os alemães falavam uma língua diferente da que falam hoje em dia, mas não devemos crer, por isso, que podemos dizer que a cultura medieval germânica está “morta”. Ao contrário, vemos na cultura alemã uma cadeia evolutiva ininterrupta, que vai desde “*Heliand*”<sup>15</sup> (sem mencionar os monumentos literários perdidos) e os *Evangelhos* de Otfried (790-875)<sup>16</sup> até os dias de hoje. Dizemos, de fato, que os pomeranos e prussianos, que ao longo dos séculos foram assimilados pelos alemães de Colônia, que extinguiram-se, no entanto, dificilmente podemos dizer que, como nações, eles ficaram “velhos”. Para fazer a comparação, temos de falar de nações que morreram “cedo”. Não estamos preocupados com a transformação nacional; nosso problema é diferente. Nem a decadência dos estados entra em questão, pois esse fenômeno, às vezes, aparece como resultado do ocaso das nações e, às vezes, independente dele. A queda do antigo estado da Polônia não teve nenhuma relação com nenhuma decadência na civilização polonesa ou no povo polonês. Não parou o desenvolvimento social da Polônia.

---

<sup>15</sup> O *Heliand* [Salvador] é um o maior poema épico em saxão antigo que conhecemos. Foi escrito na primeira metade do século IX, por autor desconhecido, e reconta a vida de Jesus Cristo (N.do T.).

<sup>16</sup> Otfried von Weissenburg foi o primeiro poeta a escrever sua principal obra, o *Liber Evangeliorum*, um poema épico bíblico, em alto alemão antigo. Dizem que estudou no mosteiro de Fulda com Rabanus Maurus (780-856) e na capela da corte de Ludovico, o Germânico (804-876). (N.do T.).



Os fatos que estão presentes em, praticamente, todos os exemplos trazem à tona a questão do envelhecimento da cultura são: o declínio populacional, a diminuição do bem-estar e a decadência das cidades. A importância histórica de todos esses fenômenos se tornam claros tão logo imaginemos o envelhecer das nações como a degenerescência da divisão social do trabalho e da sociedade. O declínio do mundo antigo, por exemplo, foi um retrocesso social. O ocaso do Império Romano era apenas o resultado da desintegração da antiga sociedade que, após alcançar um alto nível de divisão do trabalho, afundou novamente em uma economia quase sem moeda. Assim, cidades foram despovoadas e, desse modo também, a população do campo diminuiu, e a carência e a miséria grassaram simplesmente porque uma ordem econômica funcionando em um nível mais baixo, no que diz respeito à divisão social do trabalho, é menos produtiva. As habilidades técnicas foram, aos poucos, perdidas; o talento artístico entrou em decadência; o pensamento científico lentamente foi se extinguindo. A palavra que com maior precisão descreve tal processo é desintegração. A cultura clássica morreu porque a sociedade clássica degenerou<sup>17</sup>.

A morte das nações é o retrocesso das relações sociais, o retrocesso da divisão do trabalho. Quaisquer que sejam as causas nos casos individuais, sempre foi o desaparecimento da disposição de cooperação social que, na verdade, efetivou a decadência. Isso, outrora, deve nos ter parecido um enigma incompreensível, mas agora que assistimos aterrorizados ao processo em curso em nossas próprias experiências, estamos mais perto de compreendê-lo, embora ainda deixemos de reconhecer as causas mais profundas e mais importantes da mudança.

É o espírito social, o espírito de cooperação social que forma, desenvolve e anima as sociedades. Uma vez perdido, a sociedade se

desintegra. A morte de uma nação é o retrocesso social, é a decadência da divisão do trabalho até a autossuficiência. O organismo social desintegra e acaba por se transformar nas células que inicialmente o compõem. O homem permanece, mas a sociedade morre<sup>18</sup>.

Não há provas de que a evolução social deva mover-se invariavelmente para cima em linha reta. A imobilidade social e o retrocesso social são fatos históricos que não podemos ignorar. A história mundial é a necrópole de civilizações extintas, e na Índia e na Ásia Oriental vemos exemplos em grande escala de civilizações que ainda perduram.

Nossas camarilhas literárias ou artísticas, cujas opiniões exageradas das próprias produções insignificantes contrastam tão nitidamente com a modéstia e a autocrítica dos artistas verdadeiramente grandes, dizem que não importa tanto que o progresso econômico continue por muito tempo, desde que a cultura interna seja intensificada. Toda a cultura interna, no entanto, requer meios exteriores para sua realização, e tais meios podem ser obtidos somente pelo esforço econômico. Quando a produtividade do trabalho decai via retrocesso da cooperação social, a decadência da cultura interna é decorrência.

Todas as civilizações mais antigas nasceram e cresceram sem estar plenamente conscientes das leis básicas da evolução cultural e do significado da divisão do trabalho e da cooperação. Ao longo de sua transformação progressiva tiveram, muitas vezes, de combater tendências e movimentos hostis à civilização. Muitas vezes aquelas leis e princípios triunfaram sobre estas tendências e contratemplos, todavia, cedo ou tarde, caíam por terra. Sucumbiam ao espírito de desintegração. Graças à filosofia social do Liberalismo, os homens, pela primeira vez, tornaram-se conscientes das leis da evolução social e, também pela primeira vez, reconheceram as bases da civilização e do progresso cultural. Foram dias de grandes esperanças no

<sup>17</sup> Sobre o declínio da antiga civilização grega, ver: PARETO, Vilfredo. *Les Systèmes Socialistes*. Paris: V. Giard & E. Brière, 1902. Vol. I, p. 155ss.

<sup>18</sup> IZOULET, Jean Bernard Joachim. *La Cité moderne*. Paris: Félix Alcan, 1894. p. 488ss.

futuro. Perspectivas inimagináveis pareciam estar se descortinando; mas, não seria assim. O liberalismo encontrou a oposição do nacionalismo militarista e, sobretudo, das doutrinas social-comunistas que tendiam à dissolução social. A teoria nacionalista se intitula de 'orgânica', a teoria socialista se cognomina 'social', mas na realidade, ambas têm efeito desorganizador e antissocial.

De todas as acusações contra o sistema do livre-comércio e da propriedade privada, nenhuma é mais tola que a afirmação de que é antissocial e individualista, e que atomiza o indivíduo do corpo social. O comércio não desintegra, como afirmam os entusiastas românticos da autarquia de pequenas porções da superfície da Terra; ele unifica. A divisão do trabalho é aquilo que primeiramente gera os laços sociais: é o elemento social puro e simples. Quem quer que defenda a autossuficiência de nações e Estados, busca desintegrar a sociedade ecumênica; quem quer que busque destruir a divisão social do trabalho dentro de uma nação por intermédio da guerra de classes é antissocial.

O declínio da sociedade ecumênica, que aos poucos se formou durante os últimos duzentos anos sob a influência da germinação gradativa da ideia liberal, pode ser uma catástrofe mundial absolutamente sem paralelos na história como a conhecemos. Nenhuma nação será poupada. Quem, então, reconstruirá esse mundo estilhaçado?

## VIII - PROPRIEDADE PRIVADA E EVOLUÇÃO SOCIAL

A divisão dos indivíduos em proprietários e não proprietários é uma decorrência da divisão do trabalho.

A segunda grande conquista sociológica da Economia Política e da teoria social "individualista" do século XVIII foi reconhecer a função social da propriedade privada. De um ponto de vista mais antigo, a propriedade sempre foi considerada, mais ou menos, um

privilegio de poucos, um ataque repentino a um suprimento comum, uma instituição tida, da perspectiva ética, como um mal, ainda que, às vezes, um mal inevitável. O liberalismo foi o primeiro a reconhecer que a função social da propriedade privada nos meios de produção é colocar os bens nas mãos daqueles que melhor sabem empregá-los, ou seja, dos administradores mais versados. Nada, portanto, é mais estranho à essência da propriedade que privilégios especiais para uma propriedade especial e proteção para produtores especiais. Qualquer tipo de restrição tais como direitos exclusivos e outros privilégios de produtores tendem a obstruir a atividade da função social da propriedade. O liberalismo luta energicamente por tais instituições com o mesmo vigor com o qual se opõe a qualquer tentativa de limitar a liberdade do trabalhador.

O proprietário não subtrai nada de ninguém. Ninguém pode dizer que ficou sem algo por conta da abundância de outrem. É agradável aos instintos invejosos das massas fazer o cálculo de quanto mais o pobre teria a sua disposição caso a propriedade fosse igualmente distribuída. O que é negligenciado é o fato de que o volume de produção e a renda social não são fixos e imutáveis, mas dependem essencialmente da distribuição da propriedade. Caso haja interferência nisso, há o perigo da propriedade cair nas mãos daqueles que não são competentes o bastante para mantê-la, daqueles de menor presciência, cujo arranjo dos bens é menos produtivo. Isso, necessariamente, reduziria o total da produção<sup>19</sup>. As ideias do comunismo distributivo são atávicas, e remetem aos tempos antes mesmo da existência ou do atual estágio de

<sup>19</sup> "As leis, ao criar a propriedade, criaram a riqueza, mas no que concerne à pobreza, isso não é obra de leis – é a condição primitiva da raça humana. O homem que vive somente um dia após o outro é, justamente, o homem em estado de natureza [...]. As leis, ao criar a propriedade, beneficia aqueles que permaneceram na pobreza original. Mal ou bem, estes participam dos prazeres, vantagens e recursos da sociedade civilizada". BENTHAM, Jeremy. **Principles of the Civil Code**. In: BOWRING, John (Ed.). **The Works of Jeremy Bentham**. Edinburgh: William Tait, 1843. Vol I., p. 309.

desenvolvimento das relações sociais, quando o rendimento da produção era, proporcionalmente, muito menor. O homem sem terra em uma ordem econômica baseada em uma produção sem trocas, logicamente, faz da redistribuição dos campos seu objeto de desejo. O proletário moderno, no entanto, interpreta mal a natureza da produção social quando deseja ardentemente semelhante redistribuição.

O liberalismo combate o ideal socialista de transferir os meios de produção para as mãos da sociedade organizada com o argumento de que a produção socialista daria um rendimento menor. Contra tal noção, o socialismo da Escola Hegeliana busca provar que o progresso da história conduz, invariavelmente, à abolição da propriedade privada nos meios de produção.

Esse foi o ponto de vista de Ferdinand Lassalle (1825-1864) de que *“o curso de toda a história jurídica consiste, em linhas gerais, na limitação cada vez maior da propriedade do indivíduo e na disposição de um número cada vez maior de objetos fora da propriedade privada”*. A tendência para aumentar a liberdade da propriedade implícita na evolução histórica é apenas aparente. Todavia, muito da *“ideia cada vez mais rápida de redução da esfera da propriedade privada como um princípio em ação no desenvolvimento cultural e histórico da lei pode ser considerado paradoxal”*, no entanto, segundo Lassalle, sobreviveu ao mais rigoroso escrutínio. Infelizmente, Lassalle não ofereceu detalhes da análise dessa ideia. Em suas próprias palavras, ele *“em lugar disso, reverenciou-a (a ideia) com poucas insinuações superficiais”*<sup>20</sup>. Nem ninguém, desde a época de Lassalle, encarregou-se de oferecer uma prova. No entanto, mesmo se a tentativa tivesse sido feita, tal fato não teria de modo algum demonstrado a necessidade do progresso em questão. As construções conceituais da teoria especulativa do Direito, imersas no espírito hegeliano, servem, na melhor das hipóteses, para apresentar as tendências históricas da evolução no

passado. Que a tendência evolucionária descoberta deva necessariamente continuar a se desenvolver, isso é uma asserção totalmente arbitrária. Somente se puder ser mostrado que a força por trás da evolução ainda estiver ativa, é possível invocar a prova hipotética. O hegeliano Lassalle não fez nada desse tipo. Para ele, a questão está posta quando percebe que *“tal redução progressiva da esfera da propriedade privada está baseada em nada mais que o desenvolvimento positivo da liberdade humana”*<sup>21</sup>. Ao ajustar sua lei da evolução no grande esquema hegeliano de evolução histórica, fizera tudo o que sua Escola poderia querer. Marx viu as falhas no modelo de evolução hegeliano. Ele também tinha como verdade incontestável que o curso da história nos conduziria da propriedade privada à propriedade comum. Diferente de Hegel e Lassalle, contudo, não se ocupou da ideia de propriedade e de seu conceito jurídico. A propriedade privada *“em seu movimento econômico-político”* está rumando para a dissolução,

apenas através de um desenvolvimento independente dela, inconsciente, contrário a sua vontade, condicionado pela própria natureza da coisa: apenas quando engendra o proletariado enquanto proletariado, enquanto engendra a miséria consciente de sua miséria espiritual e física, enquanto engendra a desumanização consciente [...] de sua própria desumanização<sup>22</sup>.

Assim, a doutrina da luta de classes é introduzida como o elemento motriz da evolução histórica. ∞

<sup>20</sup> LASSALLE, Ferdinand. *Das System der erworbenen Rechte*. Leipzig: Brockhaus, 2ª Ed., 1880. Vol. I, p. 217ss.

<sup>21</sup> Idem, *Ibidem.*, p. 222 ss.

<sup>22</sup> MARX, Karl. *Die heilige Familie*. In: MEHRING, Franz (Ed.). *Aus dem literarischen Nachlass von Karl Marx, Friedrich Engels und Ferdinand Lassalle*. Stuttgart: Dietz, 1902. Vol. II. p. 132 [N. do T.: Em português a passagem pode ser encontrada em: *A Sagrada Família, ou, A Crítica da Crítica contra Bruno Bauer e Consortes*. Ed., trad. e notas Marcelo Backes. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011. p. 48].